

50 anos do 25 de abril de 1974

Assinalam-se hoje 50 anos da Revolução dos Cravos, o movimento sociopolítico que pôs termo ao regime ditatorial do Estado Novo que vigorava desde 1933.

Este governo autoritário – liderado, primeiramente, por António Salazar e, posteriormente, por Marcello Caetano – caracterizava-se pela repressão política, por severas restrições à liberdade de expressão, e pela censura que controlava os meios de comunicação social, limitando a disseminação de certo tipo de informações e suprimindo qualquer forma de dissidência política.

Uma das peças-chave da máquina repressiva do Estado Novo era a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Esta polícia era responsável por vigiar e reprimir qualquer forma de oposição ao regime, e por instaurar um clima de medo e de intimidação que contribuía para a manutenção do governo. No fundo, os críticos do regime eram punidos com penas de prisão, exílio ou tortura.

Na verdade, a revolução teve efetivamente início num palheiro no Monte do Sobral – em Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo – no dia 9 de setembro de 1973. Neste denominado “Encontro de Évora” realizou-se a primeira reunião do Movimento dos Capitães, naquele que era o único local onde havia a elevada certeza de que tudo passaria despercebido. Com a presença de 136 jovens militares de todo o país, começou a desenhar-se aquele que seria o Movimento das Forças Armadas (MFA). Segundo José Luís Cardoso, ex-militar e antigo capitão em Vendas Novas, a finalidade deste encontro era clara: unir, sob um denominador comum, os vários ramos do exército.

Embora as sucessivas supressões de direitos ao longo de décadas de repressão política terem sido fatores que desencadearam o 25 de abril, existe um largo consenso de que a prolongada guerra colonial tenha sido o verdadeiro gatilho do golpe militar. Nesta medida, o primeiro encontro clandestino em Alcáçovas representava nada mais do que uma resposta à legislação aprovada no verão de 1973: um dos diplomas promulgados visava suprir a falta de oficiais na frente de combate em África, tendo encurtado significativamente o processo de formação na Academia Militar (de 4 anos para 2 semestres), o que resultou numa maior falta de preparação dos jovens militares.

A guerra colonial tinha começado em 1961 e opunha o exército português aos guerrilheiros que lutavam pela independência dos territórios africanos que Portugal na altura ainda governava – as designadas “províncias ultramarinas” (Angola, Moçambique e Guiné). Ao contrário do que acontecera com muitos dos países europeus colonizadores, o governo português insistia em manter a posse das colónias e, por isso, enviava para a guerra todos os jovens. Em 1973, Portugal tinha cerca de 150 mil homens a combater na Guerra do Ultramar, 9 mil baixas, 30 mil feridos ou estropiados, e, muitos dos sobreviventes, depois do regresso, mostravam dificuldades de integração e stress pós-traumático. Para além disso, cerca de metade da despesa pública era destinada ao

financiamento da guerra, o que frustrava qualquer tipo de obras públicas: construíam-se poucos hospitais, escolas, estradas ou pontes.

O derradeiro dia escolhido foi, então, o 25 de abril de 1974. Durante a madrugada, militares do MFA ocuparam os estúdios da Rádio Clube Português e, através dali, explicaram à população que pretendiam implementar de novo a democracia. Inclusivamente, colocavam no ar músicas de que a ditadura não gostava, como a icónica *Grândola Vila Morena*, de Zeca Afonso.

Simultaneamente, uma coluna militar com tanques, comandada pelo capitão Salgueiro Maia, saiu da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, e marchou para Lisboa. Na capital ocuparam-se pontos estratégicos, locais esses onde a população se foi juntando durante todo o dia – passou-se de um golpe de Estado para uma verdadeira Revolução. A determinada altura, uma vendedora de flores começou a distribuir cravos que foram introduzidos pelos soldados nos canos das suas espingardas e colocados pelos civis ao peito, dando assim origem à denominação “Revolução dos Cravos”. Não obstante terem sido disparados alguns tiros para o ar, ninguém morreu nem foi ferido: tratou-se de uma revolução totalmente pacífica.

Para além do capitão Salgueiro Maia, outros militares desempenharam papéis muito importantes na preparação do 25 de abril, nomeadamente, o major Otelo Saraiva de Carvalho (comandante operacional), o major Melo Antunes, o capitão Vasco Lourenço ou o major Vítor Alves.

Ao final da tarde, Marcello Caetano rendeu-se e entregou o poder ao general António Spínola, tendo este sido nomeado presidente da Junta de Salvação Nacional. Após alguns meses, Spínola demitiu-se por não concordar integralmente com a entrega das colónias aos seus habitantes, e o general Francisco da Costa Gomes assumiu as funções. Finalmente, em abril de 1975, realizaram-se as primeiras eleições livres para a escolha do Chefe de Estado, que ditaram a eleição de Ramalho Eanes como o primeiro Presidente da República democraticamente eleito após a Revolução de Abril.

Este dia, que não teria sido possível sem o papel crucial desempenhado pelos líderes militares do MFA e das organizações políticas e sociais que apoiaram a mudança, permitiu a elaboração de uma nova Constituição – ainda hoje vigente – e possibilitou uma série de mudanças sociais, políticas e económicas.

A Revolução de Abril teve notório impacto internacional, num mundo dividido pela Guerra Fria e abalado pela crise petrolífera. O golpe de Estado teve características peculiares, contrariando os modelos mais comuns de intervenção militar nos processos de mudanças políticas:

- Foi conduzido pela oficialidade intermédia (capitães e oficiais subalternos), à margem da hierarquia das Forças Armadas;
- Não teve a interferência direta de qualquer partido político;

- O golpe não só restaurava os direitos fundamentais, como também apresentava um programa de democratização que determinava a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres.

Por fim, importa referir que toda esta singularidade apanhou desprevenida a comunidade académica, sendo que os estudos sobre o 25 de abril oscilaram entre *duas linhas interpretativas opostas*:

- A *primeira* destaca o pioneirismo da Revolução, apresentando-a como um acontecimento na vanguarda da vaga de transições democráticas do último terço do século XX (casos da Grécia, Espanha, América do Sul e Europa de Leste);
- Já a *segunda* salienta o atraso do golpe face a movimentos revolucionários do passado. Assim, estes autores filiam o 25 de abril nas transformações que decorreram com a derrota militar dos regimes autoritários conservadores da II Guerra Mundial e, por essa razão, consideram que se trata do último exemplo de uma série de descolonizações dos impérios coloniais.

H.T.